

CONTRATO Nº 036/CEGÁS/2019.  
PROCESSO VIPROC Nº 5652280/2018.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A  
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS (O) A  
EMPRESA HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA,  
ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE  
DECLARA.

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS** situada na Avenida Washington Soares nº 6475, Bairro José de Alencar, Cep.: 60.830-005, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Fábio Augusto Norcio**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade de nº 1570685-0 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 757.956.809-82, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e o Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº 628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e a empresa **HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA**, com sede no(a) Av. Heráclito Graça, nº 406, 2º andar, Bairro Centro, CEP: 60.140-061, Fortaleza/CE, Fone: (85) 3255.9071, inscrita no CNPJ sob o nº 63.554.067/0001-98, Inscrição Estadual nº 06.894.353-9, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Diretor Presidente **Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima**, brasileiro, portador do RG nº 900010068-81 SSPDS-CE e inscrito no CPF/MF sob o nº 456.493.243-87, residente e domiciliado na cidade de Fortaleza/CE, na Rua Doutor Pedro Sampaio nº 565, bairro de Lourdes, pelo Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos **Gustavo Chaves Barros de Oliveira**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 2007002014082 SSP/CE, e do CPF nº 391.904.473-87, residente e domiciliado em Fortaleza/CE, na Rua Osvaldo Cruz, nº 390, aptº 100, bairro Meireles, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20180023/CEGÁS, e seus anexos, os preceitos do direito privado, a Lei Federal nº 13.303/2016 e o Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS e ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20180023/CEGÁS, e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de Assistência Odontológica, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento com cobertura estadual e de Urgência e/ou Emergência em todo território nacional, para os empregados concursados, comissionados e seus dependentes legais, da Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS, de acordo com a Lei 9.656, de 3/6/1998, conforme as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta: Empreitada por preço unitário.





## CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O preço contratual global importa na quantia de R\$ 117.030,00 (cento e dezessete mil e trinta reais), sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta.

5.1.1. Será adotado para fins de reajuste, a aplicação do índice econômico do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), calculado pelo IBGE ou, no caso de sua extinção, por outro índice avençado pelas partes.

## CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura de execução dos serviços efetivamente realizados, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da realização dos serviços, e da documentação disposta no subitem 6.4.1, no protocolo da CEGÁS, para fins de conferência e atestação pelo gestor deste contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012.

6.1.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela CEGÁS, os pagamentos serão efetuados mensalmente, na primeira quinta-feira após 15 dias do recebimento da fatura no protocolo da CEGÁS.

6.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital PE 20180023/CEGÁS.

6.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.4.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

**6.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:**

6.5.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



6.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.7. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as normas vigentes.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios oriundos da CEGÁS.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

8.1. O prazo de vigência deste contrato será de 60 (sessenta) meses, contado a partir de sua celebração.

8.2. O prazo de execução do objeto contratual é de 60 (sessenta) meses contado a partir do recebimento da ordem de serviço.

8.3. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e nos artigos 83, 84 e 85 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

8.4. A publicação resumida deste contrato dar-se-á nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.

### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do respectivo instrumento, comprovante de prestação de garantia de 5 % (cinco) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 70, da Lei Federal nº 13.303/2016, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

9.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa prevista na alínea “a” da cláusula décima quarta deste contrato.

9.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor deste contrato, a título de garantia. Não sendo suficiente o valor retido, a CONTRATANTE poderá promover a rescisão contratual.

9.2.2. O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

9.3.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia, previstas no art. 70 da Lei nº 13.303/2016, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

9.3. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições inicialmente estabelecidas.



## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO**

10.1.1. A CEGÁS entregará a CONTRATADA no prazo de até 10 dias, contado a partir da data da publicação do contrato, os documentos dos empregados e dependentes para realização de cadastro e emissão das carteiras de identificação dos beneficiários.

10.1.2. As carteiras do plano odontológico deverão ser entregues em conformidade com as especificações estabelecidas no Anexo I Termo de Referência do edital, em até 10 (dez) dias, contados a partir do final do prazo estipulado no item 10.1.1, deste contrato, na Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-005, nos horários e dias da semana de 8:00h às 12h e de 13h às 17h, de segunda à sexta.

10.1.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar a utilização dos serviços aos beneficiários em até 24 horas após a entrega das carteiras, pela CEGÁS, os documentos dos empregados e dependentes.

10.1.4. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

10.1.5. Antes da entrega o fornecedor deverá contatar a CEGÁS, para o recebimento, através do Fone (85) 3266.6900.

### **10.2. Quanto ao recebimento:**

10.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

10.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

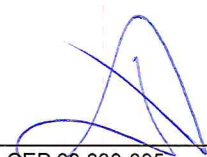
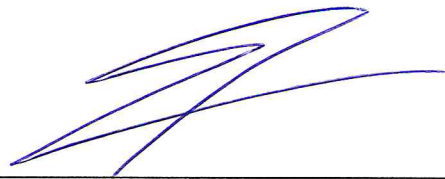
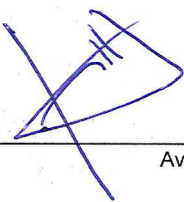
## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

11.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CONTRATANTE, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CONTRATANTE, proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

11.3.1. Para o cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias, contado da notificação.





11.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução deste contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual, não transferindo a responsabilidade à CONTRATANTE para nenhum fim de direito.

11.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.6. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

11.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

11.9. Respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme § 1º do art. 32 da Lei 13.303/2016.

11.10. Disponibilizar nos termos da Lei nº 15.854, de 24/09/2015, vagas de empregos a presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional e egressos do sistema prisional e aos jovens do sistema socioeducativo entre 16 e 18 anos, que estejam cumprindo medida de semiliberdade. Caso a execução contratual não necessite, ou necessite de 5 (cinco) ou menos trabalhadores, a reserva de vagas será facultativa.

11.10.1. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SEJUS e à STDS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo, contemplados com a reserva de vagas. Caso a contratação não esteja obrigada a disponibilizar vagas nos termos da Lei nº 15.854, de 24/09/2015 ficará dispensada do envio da folha de frequência.

11.11. Serão consideradas condutas indesejáveis as elencadas no manual de ética e de conduta nos negócios da CEGÁS, aprovado na 123ª reunião do conselho de administração realizada no dia 27/07/2015. Subitem 2.7. do elenco Manual, com link < <http://www.cegás.com.br/download/manual-de-etica-e-de-conduta-nos-negocios-2/> > adiante transcrito:

“2.7. Nas relações com fornecedores e contratadas a CEGÁS:

2.7.1. Entende e considera os fornecedores e contratadas prestadoras de serviços como parceiros. Por isso, devem ser tratados com profissionalismo, respeito, justiça, ética e transparência;

2.7.2. Estabelece critérios equitativos de seleção, rejeitando qualquer tipo de favorecimento ou discriminação;

2.7.3. Repudia a obtenção de vantagens ou de favorecimento para benefício pessoal;

2.7.4. Proíbe que seus colaboradores aceitem presentes que possam influenciá-los de alguma forma nas suas relações com clientes, fornecedores, contratadas prestadoras de serviços ou parceiros de negócios, uma vez que essa postura pode criar conflitos de interesses entre a pessoa que os recebe e a empresa ou organização que os concede.



2.7.5. Proíbe que qualquer de seus empregados ou dirigentes:

- a) preste serviço de assistência técnica, de consultoria ou, ainda, de assessoria, a fornecedores ou a contratadas prestadoras de serviços da Companhia; ou
- b) preste serviço de assistência técnica, de consultoria, ou, ainda, de assessoria, a participantes ou a interessados em processos licitatórios.

2.7.6. Proíbe que qualquer colaborador ou dirigente divulgue ou faça uso de informações a que tenha acesso em decorrência de sua atribuição, a fim de obter vantagem pessoal para si próprio, parentes ou terceiros.

2.7.7. Obriga, na seleção de fornecedores, contratadas e parceiros, que estes adotem os princípios e pratiquem as regras de conduta e ética ora apresentadas, assim como respeitem a legislação nacional e/ou local pertinente, especialmente toda e qualquer legislação de combate à corrupção vigente.

2.7.8. Determina, na seleção de fornecedores, contratadas e parceiros, que estes adotem ações/atitudes sociais, ambientais em conformidade com a legislação vigente e que possuam programas de conformidade e ética estabelecidos.

2.7.9. Determina que seus fornecedores, contratadas e parceiros não tolerem, permitam ou se envolvam em suborno, corrupção e/ou quaisquer práticas não éticas ao lidar tanto com empresas públicas quanto empresas privadas, bem como quaisquer agentes públicos, agência reguladora e/ou órgãos de controle."

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Serviços.

12.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 13.303/2016.

12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

12.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Contrato.

12.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Gerencia de Recursos Humanos Celânia Pinto Lima, como Gerente do Contrato e a Analista de Processos Organizacionais Juliana Oriá Leite, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 13.303/2016.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, as seguintes penalidades:

14.1.1. Advertência;



#### 14.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

- a) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.
- b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente e rescisão contratual, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada apenas a multa.
- c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.
- d) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 1% (um por cento), em caso de reincidência.
- e) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CEGÁS

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.2. A multa a que porventura a CONTRATADA der causa será descontada da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução do contrato, reservando-se a CONTRATANTE o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

14.3. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a contratada recolherá a multa por meio de depósito bancário em nome da CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.4. A multa poderá ser aplicada com outras sanções segundo a natureza gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade previsto no capítulo VIII – Das Sanções Administrativas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

14.5. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução deste contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a CONTRATADA deverá concordar e autorizar que, na hipótese deste contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução deste contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução deste contrato.

15.4. A CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em Lei se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução deste contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

16.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes nas hipóteses abaixo, será causa para sua rescisão, conforme disposto no art. 135 e seguintes, do Regulamento interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

I – o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a concluir pela impossibilidade do serviço, no prazo estipulado;

III – o atraso injustificado no início do serviço;

IV – a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

V – a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não comunicadas e aceitas pela CONTRATANTE;



VI – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

VII – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 2º do art. 100 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS;

VIII – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

IX – A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA.

X – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste contrato;

XI – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

XII – o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes do serviço, ou parcelas destes, já recebidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XIII – a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local para o serviço, nos prazos contratuais;

XIV – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.

16.2. A rescisão deste contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, podendo ser:

I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

II - judicial, nos termos da legislação;

III – por interesse da administração, mediante justificativa exarada pelo Diretoria Executiva da CONTRATANTE.

16.2.1. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XI a XIV do subitem anterior, sem que haja culpa da CONTRATADA, esta terá direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução deste contrato até a data da rescisão;

16.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação deste contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, observada a alteração da vigência contratual, quando necessária.

16.4. A rescisão deste contrato, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e neste contrato, permite à CONTRATANTE:

I - executar a garantia contratual, para eventuais ressarcimentos, bem como para o adimplemento de multas e indenizações porventura devidas pela CONTRATADA;



II - reter créditos decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;

16.4.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 137 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS, independentemente de culpa da CONTRATADA, a rescisão deste contrato possibilita à CONTRATANTE assumir imediatamente o objeto da contratação, no estado e local em que se encontrar, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza (CE), 22 de julho de 2019



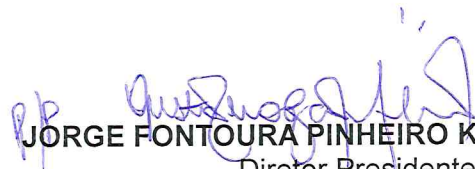
**HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR**  
Diretor Presidente  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS



**FÁBIO AUGUSTO NORCIO**  
Diretor Administrativo e Financeiro  
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

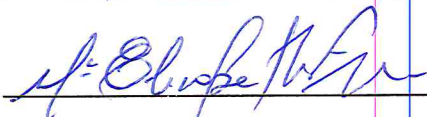


**GUSTAVO CHAVES BARROS DE OLIVEIRA**  
Diretor Superintendente de Assuntos Estratégicos  
HAPVIDA Assistência Médica Ltda



**JORGE FONTOURA PINHEIRO KOREN DE LIMA**  
Diretor Presidente  
HAPVIDA Assistência Médica Ltda

#### Testemunhas:



**HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA**  
Welber Müller Guimarães Oliveira  
Gerente Jurídico  
OAB/CE Nº 23292